
Ata da 7ª Reunião Ordinária do Conselho de Participação e

Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo 2021/2024

Aos trinta dias do mês de julho, de dois mil e vinte e um, às 14h00, com a primeira chamada e as 14h10 com a segunda chamada através da plataforma virtual Microsoft Teams, devido à pandemia do novo coronavírus, foi realizada a 7ª Reunião Ordinária do CPDCN-SP – Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, gestão 2021 – 2024, da qual passo a relatar todo o seu conteúdo. O presidente Gil Marcos inicia a reunião, às 14h10, saudando todas e todos os presentes, e de acordo com a parcela dos conselheiros/as presentes, tais como: Andreia João, Antônio Carlos da Silva, Cavanha, , Décio Vieira, João Cesar, Roseli, Eloy Miguel, Jean Herberth, Lilian Pires, Luciana Penna, Marlene da Costa, Rosana Aparecida Silva, Carlos Eduardo, Flavia Costa, Marcelo Oliveira, Luciano, Agnaldo, Lígia, Juliana Felisbino, Silvia Lima (representando Juliana Ogawa), Bruna, Iya Cristina, Maria Lucia. Presidente Gil, inicia com a pauta do dia e sugere a leitura da ata, sendo assim passou a palavra para a secretária Lilian que realizou a leitura integral da mesma. O presidente Gil agradeceu pela leitura e fez uma observação em relação a um parágrafo, onde não foi citado o nome da ex-conselheira Silvia Cibele, e outros apontamentos que julgou importante, após alteração do parágrafo, a ata foi aprovada por todas e todos. O presidente Gil, perguntou se alguém tinha algo a acrescentar ou discordar, que se manifestasse, se não, daria por aprovada a nossa ata da 6ª reunião ordinária, que aconteceu no dia 25 do mês de junho de 2021. Gil finalizou esse primeiro momento com a Ata aprovada por todas e todos. A secretária Lilian, pediu a palavra justificando a ausência do conselheiro Enéas, que o fez através de ofício e também pontuou no mesmo, que seu voto fosse computado para a reunião presencial, justificou também as ausências das conselheiras Juliana Ogawa e Clarina Genaro. Logo em seguida, a Secretária Lilian, se dirigiu ao presidente Gil e a todo o colegiado se posicionando sobre o fato ocorrido na reunião extraordinária, do último dia 22 de julho, onde tivemos como pauta única, o dia 20 de novembro “Consciência Negra”, onde Lílian deixou claro, dentre outras palavras, que não vai aceitar do conselheiro Eloy e nem de ninguém, tamanha falta de respeito que recebeu, quando o Conselheiro Eloy após proposta apresentada por ela, a tratou de forma desrespeitosa. E pergunta porque ele não agiu da mesma forma, quando ouviu da Conselheira Bruna Barros, que a antecedeu, proposta que foi no mesmo sentido. Lílian finaliza reiterando que essa atitude do Conselheiro Eloy é inadmissível e que não admite dele e de quem quer que seja, tal atitude em relação à sua pessoa e que seja a primeira e última vez e agradeceu a oportunidade de fala. O Presidente Gil, sentiu muito pelo ocorrido e

perguntou se o conselheiro Eloy gostaria de fazer alguma colocação, o mesmo ficou em silêncio. Gil, seguiu com a pauta dois. Lilian, justificou que a pauta dois seria apresentada pela conselheira Clarina que não está presente, sugerindo assim, que a conselheira Roseli posicionasse o colegiado sobre o andamento do evento “Premiação Ruth Souza”. Dra. Roseli fez um breve relato do andamento da programação do evento. Pontuou também, que estavam finalizando as indicações das homenageadas e que em breve trariam os informes finais para o colegiado. Logo após, o presidente passou para o item três da pauta, onde foi colocada em votação a reunião presencial. A maioria dos conselheiros presentes votaram a favor da reunião presencial, mas em respeito aos outros conselheiros e conselheiras, ficou acordado que a próxima reunião ordinária possa ser realizada de forma híbrida, sendo assim contemplaria as necessidades de todos conselheiros e conselheiras. O conselheiro Luciano, saudou a todos e todas, falou sobre as atribuições em outros grupos organizados do seu município, disse que é Presidente do Conselho da Igualdade Racial da OAB, conselheiro do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, para que não haja dúvidas e que não surjam questionamentos, se estamos desenvolvendo nossas ações em nome do conselho estadual. Deixou claro que se apresentam como conselheiros estaduais, mas que realizam as ações locais, como o Dr. Agnaldo que já tem um trabalho fantástico e que o apoiamos na medida do possível, reitera para os nobres colegas e solicita que conste em ata, que o trabalho que desenvolvem no município é legítimo como conselheiros municipais e que apenas se apresentam como conselheiros estaduais. O presidente Gil, agradece o conselheiro Luciano e ratifica que enquanto conselheiros que somos, temos que falar em seu nome, disse que é uma prerrogativa de cada um de nós e que precisamos representar o conselho estadual onde formos, disse que é muito importante que todos desenvolvam ações em seus municípios e que enviem os relatórios para a secretária Lucia, para que conste no Plano Plurianual – PPA , que são as ações realizadas por cada conselheiro, falou da importância do envio do relatório, pois é através dele que ficam registrados no banco de dados da própria Secretaria da Justiça para saber quais são as atividades dos conselheiros. Gil, parabenizou mais uma vez o Dr. Luciano e o Dr. Agnaldo, que por sinal é muito proativo. Em seguida, se dirigiu ao Dr. Agnaldo, para dar uma devolutiva sobre a solicitação das cestas básicas enquanto conselho e, que conste em ata, que o ofício foi encaminhado, e em resposta, foi indeferido seu pedido, mas que a Secretaria sugeriu que as entidades das quais constam no ofício de solicitação, encaminhem uma carta ao Fundo Social, para que eles, após aprovação, encaminhem as cestas básicas. Eloy pede a palavra, e em apoio ao trabalho dos irmãos conselheiros do interior ratificando assim que nós aqui de São Paulo, estamos à disposição, os apoiando e como o Gil disse, fazendo essa comunicação, tomamos conhecimento do que está acontecendo no interior e que

por conta do recadastramento nos municípios, estamos recebendo muito pedido de apoio do CPDCN-SP e que tão logo consigamos nos encontrar, poderemos aumentar esse poder que os nossos irmãos Conselheiros do interior necessitam, finalizou parabenizando os conselheiros, Luciano e Agnaldo. Gil, agradece pelas palavras do conselheiro Eloy. Dr. Agnaldo deixou claro que mesmo votando para a reunião ser virtual, confirma que estará na reunião presencial. O conselheiro Dr. Antônio, pediu a palavra para agradecer a colaboração dos nossos membros Conselheiros Dr. Agnaldo e Dr. Luciano pelo trabalho que ambos têm realizado e propor que além do relatório que irão encaminhar, que seja feito um ofício em nome do Conselho, se assim o presidente Gil permitir, para ser encaminhado à Coordenadoria da População Negra e Indígena para fazer uma confirmação, pois considera muito importante, reafirmar que foram tomadas atitudes, mas que necessitamos da presença também, da Secretaria de Justiça para dar visibilidade e veracidade às ações que os conselheiros Agnaldo e Luciano estão realizando. O presidente Gil, diz que foi perfeita a sugestão do conselheiro Dr. Antônio. Gil, relatou que no dia anterior recebeu a coordenadora da Coordenadoria de Políticas para a População Negra do Município de Araras, com a presença da Marina, Cíntia e o Luciano Borges. A Marina, que é da área de Educação quer realizar uma Live com o CPDCN-SP sobre o tema da Lei nº 10.639/2003. Em seguida o presidente confirma com a Lucia se foi enviada uma resposta para o Ministério Público dizendo que estávamos realizando o levantamento dos conselhos existentes no estado, e ainda que o Eloy, a Roseli, o Décio já haviam encaminhado. Reafirma que a resposta para o Ministério Público sobre a relação de conselhos existentes até 2018 e de movimentos negros articulados e organizados, seria enviada até a primeira quinzena do mês de agosto. O presidente disse que para tal, precisaríamos realizar um censo. Em seguida, o conselheiro Décio, disse que nesse sentido, com a listagem que lhe foi disponibilizada de 2018, traz um total de cento e sessenta e três entidades, sendo, cento e dois Conselhos, dezoito Coordenadorias e quarenta e três ONGs, das quais considera que são organizações que não estão ligadas com o governo municipal. Décio, continua dizendo que dos cento e dois conselhos teve a devolutiva de apenas trinta e um, que estão em atividade, outros nem telefone atenderam, das coordenadorias, somente seis respostas, devido à dificuldade encontrada, está realizando uma pesquisa, ligando para alguns municípios, porém, o que alguns municípios pontuam é que estão em fase de reconstrução e elaboração de novos editais de chamamento da sociedade civil, pois muitos deles já existiam, mas que na mudança da gestão do município, não se deu continuidade a esses conselhos e/ou coordenadorias. Finalizando, dizendo que a dificuldade é grande, inclusive encaminharei um e-mail para a Lilian, pois havia pedido 10 dias para responder esse ofício, mas que diante às dificuldades fica impossível nesse prazo. Lilian pede a palavra, parabenizou os conselheiros pela

atuação e justificou para o conselheiro Décio, que deixou a data registrada por conta da ata, mas que na sua opinião o próprio Ministério Público tem essa consciência de que sua solicitação com essa brevidade é impossível de ser cumprida. Lilian, reitera que está à disposição para ajudá-los no que for possível. O conselheiro Cesar, pediu a palavra para pontuar que o relatório dos seus contatos está pronto e será encaminhado para a Lucia, mas que também não teve muito êxito. Lucia pede a palavra, disse que esse trabalho é demorado mesmo, sugere para os conselheiros um encontro entre os Conselhos, uma ação que sempre funcionou, pois nesses encontros a efetividade é maior para a coleta desses dados. Gil, pontuou que está elaborando o primeiro encontro de formação de Conselhos Municipais, iniciando os contatos inclusive com o município de São Carlos, pontuou que na reunião de Araras recebeu a informação de que é difícil criar um conselho, porque as pessoas não sabem a finalidade, não conhecem nada sobre conselhos. Finaliza dizendo que é importante essa ação, que levemos essa informação através de um Fórum Regional do Estado de São Paulo, para que os conselheiros venham e façam os seus cadastros, perguntou para os operadores da justiça sobre a resposta para o Ministério Público, que reiterou o pedido pela segunda vez. Confirmou com a Lucia se o prazo era para a primeira quinzena de agosto, sendo assim, se estamos no dia 30 de julho, teríamos um prazo para trabalhar. Devido ao tempo, sugeriu que enviássemos a coleta que tivermos até a presente data para não deixarmos de responder para o Ministério Público. Lembrando que teremos que mostrar trabalho, para que sejamos reconhecidos e valorizados e estarmos sempre prontos para responder às indagações do Ministério Público. A conselheira Dra. Roseli, pontua que a questão é procedimental e que os operadores do Direito já estão bastante acostumados com isso, a questão do Ministério Público em relação à prazos é óbvio, para poderem ter um planejamento e organização, mas procedimentalmente comunicamos que estamos realizando, como o senhor presidente pontuou, e a partir daí requeremos um prazo hábil em função da nossa realidade e que esse prazo poderia ser de 60 dias, sendo assim, não haveria nenhum prejuízo. Seguiu dizendo que, no tocante à formação dos nossos Conselhos, teremos que trabalhar de uma forma paralela, pois nós temos que retomar os inexistentes e os que estão adormecidos. Os que estão adormecidos ficará mais fácil nós conseguirmos contato, pois as pessoas geralmente deixam seu próprio número particular no cadastro, agora os que estão inexistentes precisamos retomar, não perder esses espaços. Em seguida, o presidente Gil, deu por encerrada a nossa 7ª reunião ordinária, agradecendo a todas e todos. Não havendo mais nada a acrescentar e sendo lavrada por mim, Lilian Raquel Pires, secretária, a presente Ata, sendo lida, conferida e rubricada por todos e todas os (as) presentes.



| Secretaria da Justiça e Cidadania